

002

A EFETIVIDADE JURÍDICA DOS DIREITOS HUMANOS EM PORTO ALEGRE. *Felipe Bergonsi, Aline Kipper, Ricardo Libel Waldman, Marcel Colen., João Protásio Farias Domingues de Vargas.* (Faculdade Direito, UFRGS).

Há mais de dois séculos foi aprovada a primeira convenção internacional de direitos humanos e o avanço legislativo levou os países a positivarem os mesmos em suas ordens constitucionais, principalmente a partir da Segunda Grande Guerra. Estamos já na chamada quarta geração de direitos humanos e a efetiva aplicação dos mesmos está longe de atingir patamares generalizantes, principalmente em países de terceiro mundo como o Brasil. As pessoas ainda precisam exigir tratamento de seres humanos para serem reconhecidas como tais pelo Estado e por diversos setores da sociedade civil, principalmente os pobres, sem-tetos, soro positivos, negros, prostitutas, homossexuais, presos, crianças, adolescentes, deficientes físicos e mentais. Em Porto Alegre há órgãos estatais, as Comissões de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara de Vereadores, da Assembléia Legislativa, a Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura e o Projeto DIRHUMAN da FESC, e ONGs que tratam da temática, como o GAPA, Acesso, Anistia Internacional, Movimento de Direitos Humanos, dentre outros. O problema principal é que não há nenhuma pesquisa que demonstre o que realmente fazem estes órgãos de efetivo em matéria jurídica para dar resposta ao desrespeito continuado aos direitos humanos que a mídia denuncia e a sociedade comenta. Não se sabe quais são os mecanismos que são usados e se efetivamente as vítimas são reparadas pelos danos que sofrem em seus direitos. A pesquisa visa suprir esta falta de saber, valendo-se de formulários, entrevistas pessoais e vistas em loco, registros, estatística, tabulação, leituras quantitativa e qualitativa, relatório conclusivo e publicação. A importância do tema está em que apresentará um conhecimento novo para a sociedade acadêmica e em geral, evidenciando o que é realmente feito de efetivo, no campo do Direito e do processo, pelos mais importantes setores que trabalham com Direitos Humanos em Porto Alegre. A atualidade está na emergência do saber que tornará disponível, servindo de reflexão para o aprimoramento institucional público e privado. Por isso a Pesquisa inovará no tratamento temático, enriquecerá o saber jurídico e orientará a prática social com os seus resultados.